

Índice

➤ ME desmente <i>Diário de Notícias</i>	2
➤ Avaliação de desempenho	3
➤ Regime transitório apresentado em Conselho de Ministros	4
➤ Orientações para as fichas.....	6
➤ <i>Novas Oportunidades</i> nas empresas	9
➤ ME disponibiliza “Perguntas e Respostas” sobre avaliação.....	11
➤ ME clarifica delegação de competências	13
➤ Aplicação de quotas clarificada.....	15
➤ Redução do número de avaliados por avaliador.....	16
➤ 10 mitos sobre a avaliação de desempenho docente	18
➤ “ <i>Avaliação reforça capacidade da escola pública para cumprir a sua missão com mais eficácia</i> ”	21

ME desmente *Diário de Notícias*

O Ministério da Educação (ME) vem esclarecer, pela segunda vez, os termos do envolvimento das Câmaras Municipais no programa de distribuição do computador 'Magalhães', no seguimento de um texto publicado no *Diário de Notícias* (DN), da autoria de Pedro Vilela Marques, que enferma de alguns erros e contradições.

Já em 09 de Outubro último, o ME desmentira (ver infra) que tivesse feito qualquer notificação, intimação ou pressão sobre as câmaras municipais, no quadro da distribuição dos computadores 'Magalhães', designadamente quanto aos custos de ligação à Internet.

Agora, e em relação ao texto do DN, em substância, não é verdade

. que "as câmaras municipais recus[e]m pagar a factura do acesso à Internet do Magalhães, como pretendia o Governo", como consta da abertura do texto em causa,

. que "Câmaras recus[e]m pagar Internet para os 'Magalhães'", como o trabalho é intitulado,

. e que o ME deseje que as autarquias assumam o "pagamento integral dos serviços de Internet associados ao 'Magalhães'", como também é escrito.

Na realidade, desde o lançamento do programa e.escolinha (ver infra) que várias autarquias manifestaram junto do ME interesse em colaborar no programa, pagando as ligações à Internet dos 'Magalhães'.

Uma vez que **o acesso à Internet neste programa é facultativo**, e no sentido de o garantir a todos, em igualdade de circunstâncias, não apenas na escola, mas também em casa, o ME, através das direcções regionais de Educação, **convidou** as autarquias a associar-se ao programa como parceiros, comparticipando a ligação à Internet, focando especialmente **nos alunos provenientes de famílias economicamente mais desfavorecidas**.

As parcerias com as autarquias visam a comparticipação, **total ou parcial**, da ligação à Internet de banda larga dos computadores 'Magalhães' aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, **caso os encarregados de educação manifestem interesse em contratar este serviço**.

As parcerias serão estabelecidas de acordo com o **modelo decidido por cada autarquia**, que terá sobretudo em consideração **os alunos provenientes de famílias economicamente mais desfavorecidas**.

É importante sublinhar que já há muitas autarquias que demonstraram interesse em participar no programa, nomeadamente com a comparticipação total dos computadores Magalhães e ligação à Internet para todos os alunos do seu concelho.

Aliás, o próprio texto do DN pormenoriza

. que a Câmara de Matosinhos está a discutir o assunto com o Governo,

- . que a Junta Metropolitana do Porto está a analisar uma solução de conjunto
- . e que a Câmara de Castelo Branco vai analisar, já em Janeiro, uma proposta para o pagamento ou comparticipação da banda larga nos computadores 'Magalhães', apenas às crianças oriundas de agregados familiares com dificuldades económicas.

Ou seja, curiosamente, metade dos seis autarcas contactados pelo DN afirmam estar dispostos a apoiar o programa 'Magalhães' – **em termos a concretizar pelas próprias autarquias**, como esteve previsto desde sempre, repete-se.

Magalhães, um êxito – pelas encomendas e pelas intenções das autarquias

Como é público, os computadores 'Magalhães' são disponibilizados a zero, vinte ou cinquenta euros, conforme o escalão da Acção Social Escolar (ver infra), podendo as crianças levá-los para casa, o que abre espaço aos apoios na ligação à Internet.

O sucesso do programa é evidenciado pelo facto de cerca de metade do universo potencial (500 mil alunos) já ter realizado a respectiva inscrição, bem como pela entrada em velocidade de cruzeiro da distribuição destas máquinas, das quais foram entregues 35 mil até ao final do primeiro período lectivo.

Em suma, o êxito do programa observa-se tanto pelo **elevado número de encomendas**, como pelas **intenções manifestadas pelas autarquias**, com quem, aliás, o ME tem tido uma colaboração profícua e leal, no interesse das crianças e do serviço público de Educação.

Notas

- 1 – Ver "ME desmente pressões sobre autarquias", em <http://www.min-edu.pt/np3/2724.html>.
- 2 – Programa e.escolinha em <http://www.eescolinha.gov.pt/>.
- 3 – Dossier Acção Social Escolar, em <http://www.min-edu.pt/np3/128>.

(29 de Dezembro de 2008)

Avaliação de desempenho

Os documentos divulgados hoje (17 de Dezembro) pelo Ministério da Educação (decreto regulamentar e despacho sobre as fichas) encerram o processo de aprovação dos instrumentos que acomodam as decisões tomadas para aperfeiçoar e simplificar a avaliação de desempenho dos professores.

Antes foram publicados despachos que incidiram sobre a delegação de competências (<http://www.min-edu.pt/np3/2964.html>), as quotas

(<http://www.min-edu.pt/np3/2962.html>) e o número de avaliados por avaliador (<http://www.min-edu.pt/np3/2977.html>).

Para mais informações, consultar:

Perguntas e respostas sobre a avaliação de desempenho docente, em <http://www.min-edu.pt/esclareceavaliacao/pr/home.html>.

(17 de Dezembro de 2008)

Regime transitório apresentado em Conselho de Ministros

O Decreto Regulamentar hoje apresentado em Conselho de Ministros vem estabelecer um regime transitório de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, para vigorar até final do 1.º ciclo de avaliação que ficará concluído até 31 de Dezembro de 2009.

Constituindo a avaliação dos professores um instrumento essencial para a melhoria do serviço público de Educação, o Governo aprovou um novo regime de avaliação de desempenho, através do Decreto Regulamentar n.º 2/2008, de 10 de Janeiro, rompendo com o modelo anterior, que não permitia a diferenciação entre os professores, tratando todos por igual.

A introdução deste novo regime, que se baseia numa avaliação interna, integral e universal, realizada pelos pares, atribui às escolas uma significativa margem de autonomia, exigiu-lhes trabalho suplementar. Simultaneamente, o novo regime introduziu profundas mudanças que suscitaram certas dúvidas e resistências, levando a que algumas escolas tenham enfrentado dificuldades no momento da sua aplicação.

A experiência dessa aplicação revelou assim a necessidade de introduzir algumas adaptações e ajustamentos, nalguns casos importantes, que permitam superar essas dificuldades. No sentido de identificar plenamente os problemas na avaliação de desempenho dos professores e de obter contributos para melhorar os termos da sua aplicação e favorecer as condições de funcionamento das escolas, o Governo promoveu, mais uma vez, um processo de auscultação das escolas, dos sindicatos representativos dos professores, dos pais e de outros agentes do sistema educativo.

Essa auscultação permitiu identificar três problemas principais: a existência de avaliadores de áreas disciplinares diferentes dos avaliados, a burocracia dos procedimentos previstos e a sobrecarga de trabalho inerente ao processo de avaliação.

Para resolver estes problemas, o Governo decidiu adoptar um regime transitório no sentido de facilitar o procedimento de avaliação. Esse regime consiste nas medidas seguintes:

- . assegurar que os professores que o pretendam são avaliados por avaliadores da mesma área disciplinar;
- . dispensar, neste ano lectivo, o critério dos resultados escolares e das taxas de abandono, considerando as dificuldades identificadas pelo Conselho Científico da Avaliação dos Professores;
- . dispensar as reuniões entre avaliadores e avaliados sempre que exista acordo tácito sobre a fixação dos objectivos individuais ou sobre a classificação proposta;
- . tornar a avaliação a cargo dos coordenadores de departamento curricular (a avaliação da componente pedagógica incluindo a observação de aulas), dependente de requerimento dos interessados e condição necessária para a obtenção da classificação de Muito Bom ou Excelente;
- . reduzir de três para duas o número das aulas a observar, ficando a terceira dependente de requerimento do professor avaliado;
- . dispensar da avaliação os professores que reúnam condições de aposentação até final do ano escolar de 2010/2011 e os docentes contratados em áreas profissionais, vocacionais, tecnológicas e artísticas, não integradas em grupos de recrutamento;
- . simplificar o regime de avaliação dos professores avaliadores e compensar a sua sobrecarga de trabalho.

O presente decreto regulamentar, que foi sujeito a procedimento de negociação sindical nos termos da lei, estabelece a regulamentação do processo de avaliação até ao final deste primeiro ciclo de avaliação, em 31 de Dezembro de 2009, e concretiza as medidas adoptadas pelo Governo, sem prejuízo do que foi objecto de outros despachos competentes.

Para mais informações, consultar:

1 - Posições da equipa ministerial:

. "Avaliação reforça capacidade da escola pública para cumprir a sua missão com mais eficácia" – artigo da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, publicado no semanário Expresso em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2940.html>.

. "Não há, nem haverá, suspensão do processo de avaliação do desempenho" – declaração do secretário de Estado Jorge Pedreira à Imprensa em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2928.html>.

. "Uma avaliação séria melhorará a escola" – discurso da ministra na Assembleia da República, realizado em 04 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2923.html>.

. "Se o Governo suspendesse a avaliação seria uma vergonha" – entrevista da ministra ao Correio da Manhã e ao Rádio Clube, divulgada em 16 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2852.html>.

. "É a defesa do interesse público que está em causa" – entrevista da ministra ao Expresso, publicada em 15 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2853.html>.

. "Este modelo de avaliação protege os professores" – entrevista da ministra difundida pela RTP N em 23 de Outubro último, em <http://www.min-edu.pt/np3/2764.html>.

. "Queremos reconhecer os professores excelentes" – entrevista da ministra à Visão, publicada em 16 de Outubro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2765.html>.

2 – Perguntas e respostas sobre a avaliação de desempenho docente, em <http://www.min-edu.pt/esclareceavaliacao/pr/home.html>.

3 – Esclarecimento sobre a avaliação de desempenho dos professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/2925.html>.

4 – Notas sobre um modelo de avaliação que protege os professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/np3/2905.html>.

5 – Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e os sindicatos em <http://www.min-edu.pt/np3/1900.html> (Declaração do Ministério anexa à acta da sessão de assinatura do Memorando em <http://www.min-edu.pt/np3/1921.html>).

6 – Dossier Avaliação do Desempenho Docente, em <http://www.min-edu.pt/np3/193>.

(17 de Dezembro de 2008)

Orientações para as fichas

O Governo aprovou várias medidas para melhorar as condições de aplicação da avaliação de desempenho docente, entre as quais uma alteração ao Despacho n.º 16871/2008, de 23 de Junho, que aprova os modelos de impresso das fichas e as regras para aplicação das ponderações e dos parâmetros classificativos.

As fichas aprovadas devem ser preenchidas apenas na fase final do ciclo avaliativo. Até lá, os avaliadores devem observar e registar o desempenho dos avaliados, nos instrumentos que tenham concebido para o efeito.

Com o objectivo de apoiar as escolas na operacionalização das alterações introduzidas, disponibiliza-se um conjunto de orientações:

- * a escola pode decidir agregar, combinar ou substituir todas as divisões e subdivisões dos parâmetros que constam das fichas de avaliação;
- * quer isto dizer que, no preenchimento das fichas de avaliação, apenas são obrigatoriamente considerados os parâmetros classificativos;
- * é importante referir que desta agregação não pode resultar um aumento do número de itens e indicadores previstos, para cada parâmetro, nas fichas publicadas, a fim de evitar a sua complexificação;

- * fica sempre salvaguardada a atribuição da classificação final de cada parâmetro independentemente das agregações, combinações ou substituições que a escola decida efectuar;
- * os parâmetros (bem como as suas divisões e subdivisões, caso sejam mantidas) são classificados exclusivamente através de menções qualitativas;
- * só para efeitos de cálculo da classificação final se faz a conversão das menções qualitativas, com base na seguinte escala: Excelente – 10; Muito Bom – 8; Bom – 7 Regular - 6; Insuficiente – 3;
- * o cálculo da classificação final de cada ficha é feito com base na fórmula dela constante;
- * independentemente de existirem parâmetros que, por motivos alheios ao avaliado ou avaliador, não possam ser considerados, é sempre possível a obtenção de classificação máxima na ficha;
- * as menções finais de Muito Bom e Excelente só podem ser atribuídas em cada ficha nas situações em que nenhum dos parâmetros tenha sido obtido classificação inferior a Bom;
- * não é necessário considerar as fórmulas de cálculo indicadas nas fichas, com excepção das previstas para a classificação final.

No que respeita ao preenchimento das fichas de classificação, deverá atender-se ao seguinte:

- * quando um parâmetro está associado a um objectivo individual acordado, a classificação desse parâmetro resulta do grau de cumprimento do respectivo objectivo individual;
- * caso a escola opte por considerar o item A1 na ficha de avaliação de desempenho a preencher pelo presidente do conselho executivo, a classificação deve ser feita de acordo com a seguinte correspondência: A.1.1 – Excelente; A.1.2 – Muito Bom; A.1.3 – Bom; A.1.4 – Regular; A.1.5 – Insuficiente;
- * para efeitos de determinação do grau de cumprimento do serviço lectivo, no Item A1 da ficha, deverá ser tido em conta o disposto no artigo 103.º do Estatuto da Carreira Docente;
- * o item A2 pretende avaliar a disponibilidade e empenho do docente em garantir que as aulas previstas para as suas turmas são efectivamente dadas;
- * para este efeito, ao contrário do que acontece relativamente ao item A1, são objecto de apreciação todas as ausências, salvo quando o docente se encontre efectivamente em serviço (por exemplo, em visitas de estudo) ou no exercício do direito à greve;
- * para cálculo da pontuação de cada acção de formação contínua, é considerada a classificação obtida;
- * para ser considerado para efeitos de avaliação é necessário que o volume de formação/ano cumpra o mínimo previsto de 25 horas;

- * para efeitos de cálculo da pontuação final, é efectuada a média aritmética das classificações obtidas em cada uma das formações;
- * para efeitos de atribuição da menção qualitativa ao parâmetro relativo à formação contínua, deve ser aplicada a seguinte escala: ≥ 9 - Excelente; 8 a 8,9 - Muito Bom; 6,5-7,9 - Bom; 5 a 6,4 - Regular; ≤ 5 - Insuficiente;
- * é alargada ao presente ano lectivo a garantia de que, para o pessoal docente contratado, a participação em acções de formação contínua só é considerada na avaliação se daí resultar benefício para a classificação global da ficha;
- * as acções a considerar são validadas pelo presidente do conselho executivo, garantindo o cumprimento de um mínimo de 25 horas por ano e correspondendo a:
 - acções de formação contínua nas áreas prioritárias definidas pela escola;
 - acções de formação contínua na área das disciplinas leccionadas;
 - acções de formação contínua promovidas pelo ME;
 - acções de formação contínua acreditadas no âmbito das TIC e concluídas até ao final do ano escolar 2007/08;
 - acções de formação contínua que o presidente do conselho executivo considere relevantes para o desenvolvimento profissional do docente no quadro dos objectivos ou plano de formação da escola.

Existe a possibilidade do pedido de acreditação de pós-graduações, mestrados e doutoramentos (ou de disciplinas dos mesmos) pelo professor interessado junto do Conselho Científico da Formação Contínua.

No Decreto Regulamentar apresentado no Conselho de Ministros de 17 de Dezembro de 2008 (<http://www.min-edu.pt/np3/2995.html>) está ainda previsto que sejam contabilizadas todas as acções de formação contínua acreditadas, desde que não tenham sido tomadas em consideração em anteriores avaliações.

Para mais informações, consultar:

1 – Posições da equipa ministerial:

. "Avaliação reforça capacidade da escola pública para cumprir a sua missão com mais eficácia" – artigo da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, publicado no semanário Expresso em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2940.html>.

. "Não há, nem haverá, suspensão do processo de avaliação do desempenho" – declaração do secretário de Estado Jorge Pedreira à Imprensa em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2928.html>.

. "Uma avaliação séria melhorará a escola" – discurso da ministra na Assembleia da República, realizado em 04 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2923.html>.

. "Se o Governo suspendesse a avaliação seria uma vergonha" – entrevista da ministra ao Correio da Manhã e ao Rádio Clube, divulgada em 16 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2852.html>.

. "É a defesa do interesse público que está em causa" – entrevista da ministra ao Expresso, publicada em 15 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2853.html>.

. "Este modelo de avaliação protege os professores" – entrevista da ministra difundida pela RTP N em 23 de Outubro último, em <http://www.min-edu.pt/np3/2764.html>.

. "Queremos reconhecer os professores excelentes" – entrevista da ministra à Visão, publicada em 16 de Outubro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2765.html>.

2 – Perguntas e respostas sobre a avaliação de desempenho docente, em <http://www.min-edu.pt/esclareceavaliacao/pr/home.html>.

3 – Esclarecimento sobre a avaliação de desempenho dos professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/2925.html>.

4 – Notas sobre um modelo de avaliação que protege os professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/np3/2905.html>.

5 – Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e os sindicatos em <http://www.min-edu.pt/np3/1900.html> (Declaração do Ministério anexa à acta da sessão de assinatura do Memorando em <http://www.min-edu.pt/np3/1921.html>).

6 – Dossier Avaliação do Desempenho Docente, em <http://www.min-edu.pt/np3/193>.

(17 de Dezembro de 2008)

Novas Oportunidades nas empresas

A valorização da formação e da qualificação dominou a sessão de trabalho subordinada ao tema Novas Oportunidades nas Empresas, organizada pela Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), por ocasião da Futurália (<http://www.min-edu.pt/np3/2942.html>).

O vice-presidente da ANQ, Paulo Feliciano, ao abrir o evento, celebrou a adesão massiva à Iniciativa Novas Oportunidades, evidenciada pelas cerca de 650 mil pessoas envolvidas, e afirmou que "os portugueses relacionam-se bem com a necessidade de elevar as suas qualificações".

Para este esforço de melhoria das qualificações têm contribuído tanto os trabalhadores como as empresas, como ficou patente nas intervenções de representantes de várias organizações empresariais, corroboradas pela diversidade de profissionais que estão a responder ao desafio das Novas Oportunidades.

O director de recursos humanos do grupo SANA Hotels, Nuno Bernardo, garantiu que "as pessoas estão ávidas de formação e conhecimento" e defendeu consequências do processo, o qual "deve contemplar a progressão na carreira".

Paula Serrinha, da Empresa Portuguesa de Águas Livres (EPAL), com 800 trabalhadores, maioritariamente homens, muitos com 50 a 60 anos, 53 por cento

dos quais sem o ensino secundário, considerou que a resposta “foi exemplar”, atingindo 21% de adesão ao fim do primeiro ano.

Já na Continental Mabor, onde, de acordo com Leonor Rachado, “a população inscrita é muito jovem e quer chegar mais longe”, o processo também foi recebido com entusiasmo. Aqui, se o que move os mais velhos é a tentativa de “reconhecimento social e pessoal”, já para os jovens as Novas Oportunidades representam a possibilidade de progressão. Aliás, na Continental Mabor, o requisito de ingresso está no 12.º ano desde 2006. Candidatos com qualificações inferiores são aceites “sob compromisso de fazer o processo”, ao qual a empresa aderiu em 2005.

Os representantes das empresas foram ainda unânimes no reconhecimento da flexibilidade de todo o procedimento. Nuno Bernardo disse que se trata de um processo “muito simples” e “muito ágil”, características que o tornam adaptável às especificidades do sector do turismo, ao nível de horários e folgas.

Agilidade esta igualmente vivida no contexto da EPAL, onde, afirmou Paula Serrinha, foi imperativo “adaptar os horários das sessões de reconhecimento e validação de competências aos horários específicos dos trabalhadores”.

A adaptabilidade foi também realçada por Sandra Neves, da ATEC – Academia de Formação, que trabalha com 65 empresas parceiras, entre as quais diversas multinacionais do ramo automóvel. Aqui, o processo está quase a atingir o primeiro ano, tendo registado já a qualificação de 42 pessoas, com “apenas oito por cento dos certificados a integrar empresas com mais de 400 empregados”. A maioria (55 por cento) trabalha em empresas com menos de 50 trabalhadores.

No mesmo sentido, Lurdes Morais, representante do Conselho Empresarial do Centro, que congrega 120 organizações da Região Centro e sete Centros Novas Oportunidades, apresentou uma estratégia de alargar a rede e organizar parcerias, de modo a “promover a partilha de boas práticas”. Em causa está, salientou, ultrapassar o elevado défice de qualificação desta região, que “poderá comprometer ainda uma geração futura”. Por isso, insistiu, é urgente “elevar níveis de qualificação”

Valorizar o saber da experiência

Paulo Feliciano teve a oportunidade de salientar a valorização dos saberes da experiência, além da elevação dos níveis de qualificação.

Como disse, o saber da experiência corresponde a um “conhecimento explícito com valor muito grande para o mercado de trabalho”.

Opinião esta partilhada pelo ex-ministro do Trabalho, Paulo Pedroso, que comentou a sessão de trabalho. A Iniciativa Novas Oportunidades, avisou, “não pretende concorrer com as qualificações existentes”, mas “dar valor ao que as pessoas já sabem”.

Neste sentido, acrescentou que a Iniciativa Novas Oportunidades “é talvez a maior de sempre para que cidadãos que vivem e trabalham em Portugal possam aumentar as suas competências”.

Para já, conseguiu congregar a adesão das pessoas, das empresas e da política, ao valorizar os saberes individuais, implicar as empresas no esforço de transformação e competitividade e responder ao problema de qualificação do País – “Pela primeira vez, há razões para estar optimista”, concluiu.

Mais informação

1 – Sítio da Agência Nacional para a Qualificação: <http://www.anq.gov.pt>.

2 – Dossier Novas Oportunidades em <http://www.min-edu.pt/np3/23> e http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MTSS/Comunicacao/Programas_e_Dossiers/20050921_MTSS_Prog_Novas_Oportunidades.htm.

3 – Quando apresentou a Iniciativa Novas Oportunidades, durante o debate mensal na Assembleia da República, em 21 de Setembro de 2005, o primeiro-ministro disse:

"É preciso que todos compreendam a verdadeira gravidade do problema. Três indicadores dizem tudo sobre a dimensão do desafio que temos à nossa frente.

O primeiro: só 20% da nossa população adulta, entre os 25 e os 64 anos, completou o ensino secundário. Este é um número impressionante, sem paralelo nos países da OCDE onde a média ronda os 70%. Mais: dos cerca de 5 milhões de portugueses que integram a nossa população activa, 2 milhões e 500 mil têm menos do que a actual escolaridade obrigatória.

O segundo: o número médio de anos de escolarização da nossa população adulta é de pouco mais de 8 (8,2), inferior a países como o México (8,7) ou a Turquia (9,6). Já para não falar da Itália (10,0), da Grécia (10,5) ou da Espanha (10,5).

Terceiro: 45% dos nossos jovens, entre os 18 e os 24 anos, abandonaram os estudos sem concluir o ensino secundário. Temos, portanto, mais de 485 mil jovens a trabalhar sem o secundário completo e, mais de metade destes, mais de 266 mil, não concluíram sequer a escolaridade obrigatória."

(17 de Dezembro de 2008)

ME disponibiliza "Perguntas e Respostas" sobre avaliação

O Ministério da Educação disponibilizou na sua página electrónica (ver <http://www.min-edu.pt/esclareceavaliacao/pr/home.html>) um conjunto de perguntas e respostas (P&R) sobre a avaliação de desempenho docente, com o objectivo de apoiar todos os intervenientes neste processo.

As respostas são actualizadas com base em questões apresentadas pelas direcções executiva das escolas.

Neste momento, as questões e respectivas respostas estão agrupadas pelos seguintes temas: avaliado, avaliador, calendário, classificação, coordenador, delegação de competências, departamento curricular, director / presidente do conselho executivo, entrevista individual, fichas de avaliação, grupo de

recrutamento, objectivos individuais, observação de aulas, professor titular, quotas, redução da componente lectiva e resultados e abandono escolares.

Para mais informações, consultar:

1 – Posições da equipa ministerial:

. "Avaliação reforça capacidade da escola pública para cumprir a sua missão com mais eficácia" – artigo da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, publicado no semanário Expresso em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2940.html>.

. "Não há, nem haverá, suspensão do processo de avaliação do desempenho" – declaração do secretário de Estado Jorge Pedreira à Imprensa em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2928.html>.

. "Uma avaliação séria melhorará a escola" – discurso da ministra na Assembleia da República, realizado em 04 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2923.html>.

. "Se o Governo suspendesse a avaliação seria uma vergonha" – entrevista da ministra ao Correio da Manhã e ao Rádio Clube, divulgada em 16 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2852.html>.

. "É a defesa do interesse público que está em causa" – entrevista da ministra ao Expresso, publicada em 15 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2853.html>.

. "Este modelo de avaliação protege os professores" – entrevista da ministra difundida pela RTP N em 23 de Outubro último, em <http://www.min-edu.pt/np3/2764.html>.

. "Queremos reconhecer os professores excelentes" – entrevista da ministra à Visão, publicada em 16 de Outubro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2765.html>.

2 – Esclarecimento sobre a avaliação de desempenho dos professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/2925.html>.

3 – Notas sobre um modelo de avaliação que protege os professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/np3/2905.html>.

4 – Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e os sindicatos em <http://www.min-edu.pt/np3/1900.html> (Declaração do Ministério anexa à acta da sessão de assinatura do Memorando em <http://www.min-edu.pt/np3/1921.html>).

5 – Dossier Avaliação do Desempenho Docente, em <http://www.min-edu.pt/np3/193>.

(16 de Dezembro de 2008)

ME clarifica delegação de competências

O Ministério da Educação clarificou os termos em que é efectuada a delegação de competências de avaliador do coordenador de departamento curricular e do director (ou presidente do conselho executivo, através de um despacho do secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, que altera diversas disposições do despacho 7465/2008.

O alargamento do universo em quem podem ser delegadas competências de avaliação pelos coordenadores de departamento possibilita a qualquer docente que o requeira ser avaliado por um professor titular do seu grupo de recrutamento.

Assim, e conforme as circunstâncias o exijam, os coordenadores de departamento podem delegar competências nos seguintes professores titulares:

- . do departamento a que pertence o avaliado;
- . de outro departamento curricular, nas situações em que a actividade lectiva do avaliado se insira no âmbito desse outro departamento;
- . nomeados em comissão de serviço, quando não exista número suficiente de professores titulares ou quando não existam professores titulares do grupo de recrutamento do avaliado, caso este o requeira;
- . de outro agrupamento ou escola não agrupada, quando não for possível, pelas razões apontadas na alínea anterior, assegurar a delegação no agrupamento ou escola a que pertence o avaliado;
- . coordenadores de cursos de dupla certificação de educação e formação de adultos ou dos Centros Novas Oportunidades, desde que requerido pelo avaliado.

Refira-se, neste contexto, que os professores nomeados em comissão de serviço são, para todos os efeitos, professores titulares enquanto durar a comissão de serviço.

Nas situações em que for necessário delegar competências de avaliação num professor titular de outro agrupamento ou escola, o processo terá o apoio da respectiva direcção regional de Educação.

Todas as delegações de competências devem incluir a identificação de avaliador e avaliados e serem divulgadas em local acessível a todos os interessados.

Ao proceder à distribuição dos avaliados pelos avaliadores, o responsável pela delegação de competências deve, na medida do possível, garantir que avaliador e avaliados estejam posicionados em patamares de carreira suficientemente distantes, de forma a garantir que a avaliação se faz no cumprimento do princípio da senioridade do avaliador.

Entre outros aspectos deste novo despacho do secretário de Estado da Educação está a determinação de não haver lugar à subdelegação de competências nas delegações previstas, bem como o facto de os membros da direcção executiva em quem o director ou o presidente do conselho executivo delegue competências de

avaliação poderem optar por ficar dispensados do cumprimento da componente lectiva.

Para mais informações, consultar:

1 – Posições da equipa ministerial:

. "Avaliação reforça capacidade da escola pública para cumprir a sua missão com mais eficácia" – artigo da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, publicado no semanário Expresso em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2940.html>.

. "Não há, nem haverá, suspensão do processo de avaliação do desempenho" – declaração do secretário de Estado Jorge Pedreira à Imprensa em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2928.html>.

. "Uma avaliação séria melhorará a escola" – discurso da ministra na Assembleia da República, realizado em 04 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2923.html>.

. "Se o Governo suspendesse a avaliação seria uma vergonha" – entrevista da ministra ao Correio da Manhã e ao Rádio Clube, divulgada em 16 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2852.html>.

. "É a defesa do interesse público que está em causa" – entrevista da ministra ao Expresso, publicada em 15 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2853.html>.

. "Este modelo de avaliação protege os professores" – entrevista da ministra difundida pela RTP N em 23 de Outubro último, em <http://www.min-edu.pt/np3/2764.html>.

. "Queremos reconhecer os professores excelentes" – entrevista da ministra à Visão, publicada em 16 de Outubro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2765.html>.

2 – Esclarecimento sobre a avaliação de desempenho dos professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/2925.html>

3 – Notas sobre um modelo de avaliação que protege os professores: Estão garantidas condições para uma normal progressão na carreira para todos os professores que obtenham a classificação de Bom, para a qual não existem quotas, em <http://www.min-edu.pt/np3/np3/2905.html>.

4 – Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e os sindicatos em <http://www.min-edu.pt/np3/1900.html> (Declaração do Ministério anexa à acta da sessão de assinatura do Memorando em <http://www.min-edu.pt/np3/1921.html>).

5 – Dossier Avaliação do Desempenho Docente, em <http://www.min-edu.pt/np3/193>.

(11 de Dezembro de 2008)

Aplicação de quotas clarificada

Os ministérios da Educação e das Finanças e da Administração Pública clarificaram a que grupos de docentes se aplicam as quotas definidas e garantiram a possibilidade de atribuição de pelo menos uma menção de Muito Bom e uma de Excelente, independentemente da dimensão do grupo ao qual elas são aplicadas, através de uma alteração do Despacho conjunto n.º 20131/2008, de 30 de Julho.

As quotas aplicam-se apenas na atribuição das menções qualitativas de Muito Bom e de Excelente, com o objectivo de distinguir, de forma qualitativa, o mérito dos professores, por referência ao universo em que se inserem.

Está garantido que a progressão na carreira de todos os professores não é afectada, uma vez que a classificação de Bom, para a qual não existem quotas, assegura as condições exigidas para progredir.

Assim, a aplicação das quotas garante que:

- * os diferentes grupos de professores não concorrem entre si no acesso às classificações sujeitas a quotas, uma vez que as percentagens definidas são aplicadas separadamente a cada um dos seguintes universos: membros da Comissão de Avaliação; coordenadores de Departamento Curricular ou dos Conselhos de Docentes; professores titulares avaliadores (providos em concurso ou nomeados em comissão de serviço); professores titulares sem funções de avaliação; professores; e docentes contratados;

- * em cada grupo de docentes, possa ser sempre atribuída pelo menos uma menção qualitativa de Muito Bom e uma de Excelente, independentemente da dimensão do grupo de avaliados, uma vez que os arredondamentos são sempre efectuados por excesso;

- * quando não exista nenhum avaliado com classificação correspondente a Excelente, a quota prevista para esta classificação pode acrescer à quota da menção Muito Bom.

Para mais informações, consultar:

1 – Posições da equipa ministerial:

. "Avaliação reforça capacidade da escola pública para cumprir a sua missão com mais eficácia" – artigo da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, publicado no semanário Expresso em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2940.html>.

. "Não há, nem haverá, suspensão do processo de avaliação do desempenho" - declaração do secretário de Estado Jorge Pedreira à Imprensa em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2928.html>.

. "Uma avaliação séria melhorará a escola" - discurso da ministra na Assembleia da República, realizado em 04 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2923.html>.

. "Se o Governo suspendesse a avaliação seria uma vergonha" - entrevista da ministra ao Correio da Manhã e ao Rádio Clube, divulgada em 16 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2852.html>.

. "É a defesa do interesse público que está em causa" - entrevista da ministra ao Expresso, publicada em 15 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2853.html>.

. "Este modelo de avaliação protege os professores", entrevista da ministra difundida pela RTP N em 23 de Outubro último, em <http://www.min-edu.pt/np3/2764.html>.

. "Queremos reconhecer os professores excelentes" - entrevista da ministra à Visão, publicada em 16 de Outubro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2765.html>.

2 – Esclarecimento sobre a avaliação de desempenho dos professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/2925.html>

3 – Notas sobre um modelo de avaliação que protege os professores: Estão garantidas condições para uma normal progressão na carreira para todos os professores que obtenham a classificação de Bom, para a qual não existem quotas, em <http://www.min-edu.pt/np3/np3/2905.html>.

4 – Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e os sindicatos em <http://www.min-edu.pt/np3/1900.html> (Declaração do Ministério anexa à acta da sessão de assinatura do Memorando em <http://www.min-edu.pt/np3/1921.html>).

5 – Dossier Avaliação do Desempenho Docente, em <http://www.min-edu.pt/np3/193>.

(11 de Dezembro de 2008)

Redução do número de avaliados por avaliador

Devido à melhoria das condições de aplicação do modelo de avaliação do desempenho docente que o Ministério da Educação tem realizado, a ministra Maria de Lurdes Rodrigues assinou um despacho que determina que cada professor avaliador passa a ter uma hora semanal para avaliação de três docentes, reduzindo assim dos anteriores quatro.

Na aplicação desta medida, ou sempre que seja necessário alargar o direito a redução de componente lectiva, deve assegurar-se, sempre que possível, a manutenção do professor com a suas turmas, recorrendo, nestes casos, ao serviço docente extraordinário (ver artigo 83.º do Estatuto da Carreira Docente).

Para mais informações, consultar:**1 – Posições da equipa ministerial:**

. "Avaliação reforça capacidade da escola pública para cumprir a sua missão com mais eficácia" – artigo da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, publicado no semanário Expresso em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2940.html>.

. "Não há, nem haverá, suspensão do processo de avaliação do desempenho" – declaração do secretário de Estado Jorge Pedreira à Imprensa em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2928.html>.

. "Uma avaliação séria melhorará a escola" – discurso da ministra na Assembleia da República, realizado em 04 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2923.html>.

. "Se o Governo suspendesse a avaliação seria uma vergonha" – entrevista da ministra ao Correio da Manhã e ao Rádio Clube, divulgada em 16 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2852.html>.

. "É a defesa do interesse público que está em causa" – entrevista da ministra ao Expresso, publicada em 15 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2853.html>.

. "Este modelo de avaliação protege os professores" – entrevista da ministra difundida pela RTP N em 23 de Outubro último, em <http://www.min-edu.pt/np3/2764.html>.

. "Queremos reconhecer os professores excelentes" – entrevista da ministra à Visão, publicada em 16 de Outubro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2765.html>.

2 – Esclarecimento sobre a avaliação de desempenho dos professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/2925.html>

3 – Notas sobre um modelo de avaliação que protege os professores: Estão garantidas condições para uma normal progressão na carreira para todos os professores que obtenham a classificação de Bom, para a qual não existem quotas, em <http://www.min-edu.pt/np3/np3/2905.html>.

4 – Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e os sindicatos em <http://www.min-edu.pt/np3/1900.html> (Declaração do Ministério anexa à acta da sessão de assinatura do Memorando em <http://www.min-edu.pt/np3/1921.html>).

5 – Dossier Avaliação do Desempenho Docente, em <http://www.min-edu.pt/np3/193>.

(11 de Dezembro de 2008)

10 mitos sobre a avaliação de desempenho docente

Para prosseguir o esforço de esclarecimento e contrariar algumas ideias erradas relativas ao processo de avaliação de desempenho docente, o Ministério da Educação refuta 10 das noções erradas mais frequentes que surgem quando se discute este tema.

Mito 1 – É um processo muito pesado e burocrático

Não. Os professores avaliados, cerca de 70% do total de professores, apenas intervêm no processo na definição dos seus objectivos individuais e na auto-avaliação. A definição dos objectivos, que inicia o processo de avaliação, segue as orientações de cada escola e é um processo semelhante ao adoptado em todas as organizações. É em função destes objectivos que cada avaliado preenche, no fim do ciclo avaliativo, a ficha de auto-avaliação. Os professores avaliadores têm um volume de trabalho maior, motivo pelo qual lhes foram atribuídas condições especiais de horário.

Mito 2 – A avaliação impede os professores de darem aulas

Não, uma vez que os professores avaliados têm intervenções pontuais no processo, e os horários dos professores avaliadores já integram, regra geral, as horas necessárias ao exercício das actividades de avaliação. Além disso, eventuais necessidades adicionais de redução de horário, na sequência das recentes medidas de simplificação da aplicação do modelo de avaliação, poderão ser ultrapassadas por recurso ao pagamento de horas extraordinárias, de forma a evitar que os professores abandonem as suas turmas.

Mito 3 – O modelo de avaliação de desempenho docente não é exequível

O modelo de avaliação está a ser aplicado em muitas escolas e milhares de professores já desenvolveram, no corrente ano lectivo, actividades associadas à concretização da avaliação. No entanto, face a dificuldades identificadas por escolas e professores, foram tomadas medidas que visam a melhoria das condições de concretização da avaliação.

Mito 4 – Os professores têm que organizar um portefólio exaustivo e complexo.

Não. A escola apenas deverá requerer que o professor reúna elementos decorrentes do exercício da sua profissão que não constem dos registos e dos sistemas de informação da escola e que sejam relevantes para a avaliação do seu desempenho. Aliás, no modelo de avaliação anterior, todos os professores já tinham de organizar um portefólio para poderem ser avaliados, constituindo este (juntamente com o relatório crítico de auto-avaliação) o único instrumento de avaliação.

Mito 5 – As escolas têm que registar o desempenho dos avaliados em instrumentos complexos

Os instrumentos de registo de informação e indicadores de medida são definidos e elaborados nas escolas, no quadro da sua autonomia, devendo estes ser simples e claros. Nos casos em que tenham sido definidos procedimentos e instrumentos

demasiado complexos, as direcções executivas das escolas devem garantir a sua simplificação, estando o Ministério da Educação a apoiar este trabalho junto de todas as escolas.

Mito 6 – Os professores avaliam-se uns aos outros

A avaliação de desempenho docente é feita no interior da cada escola, sendo avaliadores os membros do órgão executivo e os professores coordenadores de departamento, que exercem funções de chefias intermédias. Não se trata, pois, de pares que se avaliam uns aos outros, mas de professores mais experientes, investidos de um estatuto específico, que lhes foi conferido pelo exercício de um poder hierárquico ou pela nomeação na categoria de professor titular.

Mito 7 – Os professores titulares não são competentes para avaliar

Acederam à categoria de professor titular, numa primeira fase, aqueles que cumpriam critérios de experiência profissional, formação e habilitações considerados fundamentais para o exercício de funções de maior complexidade, como sejam a coordenação do trabalho, o apoio e orientação dos restantes docentes e a avaliação de desempenho. Assim, não é compreensível nem sustentável a ideia de que os cerca de 35 000 professores titulares que existem actualmente, seleccionados, por concurso, de entre os professores mais experientes, não tenham as competências necessárias ao exercício da função de avaliador.

Mito 8 – Avaliados e avaliadores competem pelas mesmas quotas

Não. As percentagens definidas para a atribuição das menções qualitativas de Excelente e Muito Bom, em cada escola, são aplicadas separadamente aos diferentes grupos de docentes. Está assim, assegurada a atribuição separada de quotas a avaliadores e avaliados.

Mito 9 – A estruturação na carreira impede os professores de progredir

Não. Todos aqueles que obtiverem a classificação de Bom (para a qual não existem quotas) podem progredir na carreira. Para além disso, é importante referir que, neste primeiro ciclo avaliativo, os efeitos de eventuais classificações negativas ficam condicionados ao resultado de uma avaliação a realizar no ciclo avaliativo seguinte. Ou seja, uma classificação negativa só terá consequências na carreira se for confirmada na avaliação seguinte.

Mito 10 – A avaliação de desempenho é injusta e prejudica os professores.

Este modelo não prejudica os professores, assegurando as condições para a progressão normal na carreira, incluindo o acesso à categoria de professor titular, para quem atinja a classificação de Bom, para a qual não existem quotas. Neste período transitório existe uma protecção adicional para os professores, que decorre da não aplicação de efeitos das classificações negativas. E, assim, mais vantajoso que o sistema em vigor para a administração pública.

Para mais informações, consultar:

1 – Posições da equipa ministerial:

. "Avaliação reforça capacidade da escola pública para cumprir a sua missão com mais eficácia" – artigo da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, publicado no semanário Expresso em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2940.html>.

. "Não há, nem haverá, suspensão do processo de avaliação do desempenho" – declaração do secretário de Estado Jorge Pedreira à Imprensa em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2928.html>.

. "Uma avaliação séria melhorará a escola" – discurso da ministra na Assembleia da República, realizado em 04 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2923.html>.

. "Se o Governo suspendesse a avaliação seria uma vergonha" – entrevista da ministra ao Correio da Manhã e ao Rádio Clube, divulgada em 16 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2852.html>.

. "É a defesa do interesse público que está em causa" – entrevista da ministra ao Expresso, publicada em 15 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2853.html>.

. "Este modelo de avaliação protege os professores" – entrevista da ministra difundida pela RTP N em 23 de Outubro último, em <http://www.min-edu.pt/np3/2764.html>.

. "Queremos reconhecer os professores excelentes" – entrevista da ministra à Visão, publicada em 16 de Outubro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2765.html>.

2 – Esclarecimento sobre a avaliação de desempenho dos professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/2925.html>

3 – Notas sobre um modelo de avaliação que protege os professores: Estão garantidas condições para uma normal progressão na carreira para todos os professores que obtenham a classificação de Bom, para a qual não existem quotas, em <http://www.min-edu.pt/np3/np3/2905.html>.

4 – Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e os sindicatos em <http://www.min-edu.pt/np3/1900.html> (Declaração do Ministério anexa à acta da sessão de assinatura do Memorando em <http://www.min-edu.pt/np3/1921.html>).

5 – Dossier Avaliação do Desempenho Docente, em <http://www.min-edu.pt/np3/193>.

(10 de Dezembro de 2008)

"Avaliação reforça capacidade da escola pública para cumprir a sua missão com mais eficácia"

O semanário *Expresso* publicou um artigo da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, sob o título 'Soluções simples permitem avançar com avaliação', na edição de 06 de Dezembro, que aqui se reproduz.

A aplicação de um sistema de avaliação de desempenho dos professores inscreve-se na política de reforço da capacidade da escola pública para cumprir a sua missão com mais eficácia e eficiência, construída através de um diálogo permanente e alargado.

1. A avaliação e as políticas de educação

A escola está no centro da política educativa.

É na escola que é prestado o serviço público de educação.

A escola é uma organização complexa que enfrenta desafios acrescidos num quadro de crescente autonomia.

Nos últimos anos foram várias as mudanças para a valorização da escola.

Essas mudanças passaram por dotar a escola com mais meios financeiros, pedagógicos e organizacionais para combater o insucesso e o abandono escolar, bem como para melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos.

No capítulo dos recursos, lançou-se o plano tecnológico da educação e o programa de modernização das escolas secundárias e iniciou-se uma profunda renovação do parque escolar.

No plano organizacional, o reforço da capacidade das escolas passou pelo lançamento do plano de acção para a matemática, do plano nacional de leitura, dos programas de formação contínua, do ajustamento da reforma do ensino secundário e do desenvolvimento da oferta de cursos profissionais.

Por fim, a intervenção sobre constrangimentos externos multiplicou o apoio às famílias, alargando-se o programa de refeições escolares e a acção social escolar, abrangendo mais alunos e mais apoios, em particular para acesso aos manuais escolares.

Em todas estas mudanças foram revalorizadas as competências das escolas, a que correspondeu também a sua maior responsabilização, traduzida na criação de um sistema de avaliação externa.

Essa revalorização incluiu a alteração do modelo de gestão, reforçando a sua autonomia e ligação à comunidade, a colocação plurianual dos professores, permitindo mais estabilidade para estes e as escolas, a alteração do estatuto da carreira docente, estabelecendo princípios hierárquicos de organização que associam mais responsabilidade a estatuto profissional e remuneratório mais

elevado e, por fim, um modelo de avaliação que permitirá à escola uma efectiva gestão dos recursos humanos.

2. Diálogo e negociação alargados

O diálogo, a negociação e a concertação com os vários parceiros foi uma constante em todas as medidas lançadas.

O Ministério da Educação procurou concertar políticas com os parceiros, tendo alargado muito o leque de instituições com que formalmente se relaciona: para além das associações profissionais e sindicais de professores, dialogou e negociou com autarquias, associações de pais, associações de estudantes e associações de escolas.

Com todos instituiu mecanismos de acompanhamento e avaliação das políticas, de que é exemplo a comissão de acompanhamento das actividades de enriquecimento curricular.

No caso do modelo de avaliação de desempenho dos professores, manteve-se a mesma orientação de diálogo e de negociação alargados: criou-se um conselho científico de acompanhamento e, em Março, assinou-se, com a plataforma sindical, um memorando de entendimento que previu a constituição de uma comissão paritária para acompanhar, despistar e resolver problemas, bem como para preparar uma eventual revisão do modelo.

Ainda no âmbito do memorando de entendimento, instituíram-se mecanismos para proteger os professores de efeitos decorrentes de uma eventual classificação negativa.

Ou seja, nesta primeira aplicação do modelo de avaliação apenas podem ocorrer efeitos positivos de incentivo ao mérito dos professores.

Infelizmente, os parceiros sindicais abandonaram o memorando de entendimento e a comissão paritária dele resultante.

Pela minha parte, mantive como orientação os princípios acordados em Março.

Por isso, procurei identificar os problemas e as dificuldades que as escolas e os professores estavam a enfrentar, como a excessiva burocracia, a sobrecarga de trabalho ou a possibilidade de não correspondência entre a área disciplinar dos professores avaliadores e dos avaliados.

Analizada a situação foram encontradas soluções, no âmbito de um processo de consulta alargado, que respondem aos problemas.

As medidas que concretizam as soluções são simples e permitem a avaliação de desempenho com mais gradualismo.

Estão reunidas as condições para, havendo consenso sobre a necessidade de um sistema de avaliação, avançar na sua concretização já este ano.

(fim)

Para mais informações, consultar:**1 – Posições da equipa ministerial:**

. "Não há, nem haverá, suspensão do processo de avaliação do desempenho" – declaração do secretário de Estado Jorge Pedreira à Imprensa em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2928.html>.

. "Uma avaliação séria melhorará a escola" – discurso da ministra Maria de Lurdes Rodrigues na Assembleia da República, realizado em 04 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2923.html>.

. "Se o Governo suspendesse a avaliação seria uma vergonha" – entrevista da ministra ao Correio da Manhã e ao Rádio Clube, divulgada em 16 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2852.html>.

. "É a defesa do interesse público que está em causa" – entrevista da ministra ao Expresso, publicada em 15 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2853.html>.

. "Este modelo de avaliação protege os professores", entrevista da ministra difundida pela RTP N em 23 de Outubro último, em <http://www.min-edu.pt/np3/2764.html>.

. "Queremos reconhecer os professores excelentes" – entrevista da ministra à Visão, publicada em 16 de Outubro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2765.html>.

2 – Esclarecimento sobre a avaliação de desempenho dos professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/2925.html>

3 – Notas sobre um modelo de avaliação que protege os professores: Estão garantidas condições para uma normal progressão na carreira para todos os professores que obtenham a classificação de Bom, para a qual não existem quotas, em <http://www.min-edu.pt/np3/np3/2905.html>.

4 – Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e os sindicatos em <http://www.min-edu.pt/np3/1900.html> (Declaração do Ministério anexa à acta da sessão de assinatura do Memorando em <http://www.min-edu.pt/np3/1921.html>).

5 – Dossier Avaliação do Desempenho Docente, em <http://www.min-edu.pt/np3/193>.

(09 de Dezembro de 2008)